

A FILOSOFIA DE FOUCAULT COMO SEMÂNTICA TRANSCENDENTAL-HISTÓRICA

Foucault's Philosophy as transcendental-historical semantics

Suze Piza

FSJ/FGV

suzepiza@gmail.com

Resumo: Foucault afirma que se insere em uma tradição filosófica é a kantiana. Partindo dessa afirmação e entendendo que a Filosofia de Kant é uma semântica transcendental, defenderemos nesse artigo que a Filosofia de Foucault também é uma semântica, no entanto, uma semântica transcendental-histórica. A investigação arqueológica se dá em campos semânticos-históricos e demarca o âmbito de abrangência de uma positividade e as condições de possibilidades do surgimento dos objetos. Foucault faz a demarcação a partir da constatação de que um campo discursivo não se caracteriza pelos *objetos* que estuda, mas pelas *modalidades de enunciação*, pelos *conceitos* ou pelas *temáticas* privilegiadas, isto é, pela *maneira* por meio da qual se formam seus objetos no interior de um dado domínio sujeito a regras.

Palavras-chaves: Foucault; semântica transcendental-histórica; arqueologia-genealogia.

Abstract: Foucault states that, if he can be found in any philosophical tradition, it is in Kantianism. Based on this affirmation, and the understanding that Kant's philosophy is a transcendental semantic, we defend the content of this article, giving that Foucault's philosophy is also a semantic, albeit a transcendental-historical semantic. The archeological investigation is based on transcendental-semantic fields and demarcates the scope of positivity and the conditions that make it possible for objects to emerge. Foucault's demarcation is based on the verification that a discursive field is not characterized by the *objects* that he studies, but by *modalities of enunciation*, *concepts* or privileged *themes*, i.e., by the way in which their objects are formed within a given domain subject to rules.

Keywords: Foucault; transcendental-historical semantic; archeology-genealogy.

1. Filosofia de Foucault como capítulo do kantismo semântico

Defendemos nesse artigo que a Filosofia de Michel Foucault é um capítulo do kantismo semântico¹. Faremos isso primeiramente inserindo a Filosofia de Foucault na tradição que interpreta a Filosofia de Kant como uma semântica, e, depois indicando a maneira como Foucault usa o conceito de transcendental convertendo sua própria Filosofia em uma semântica transcendental-histórica. .

Segundo Loparic, o programa da *Crítica da razão pura* de Kant está ligado ao propósito de explicitar as condições nas quais um problema da razão pura pode ser resolvido. Para tanto há que se perguntar (e essa é a tarefa - indicada claramente por Kant - da *Crítica da razão pura*) como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? Tal tarefa só é solucionada em uma semântica, ou seja, uma teoria *a priori* de referências e significados e da verdade dos juízos sintéticos *a priori*. Loparic defende que essa teoria é uma semântica transcendental (LOPARIC, 2000, p. 19). Com o tempo a tarefa da semântica kantiana se ampliou e Kant passa a perguntar pelos juízos sintéticos *a priori* em todos os outros domínios do discurso filosófico. Dessa maneira, afirma Loparic, a tarefa (pergunta) geral da Filosofia transcendental passa a ser: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori* em geral?

Foucault desenvolve toda sua obra para tentar primeiramente compreender como determinados problemas aparecem no interior de determinadas ciências, em seguida como determinados objetos surgem em determinados campos e, ainda como determinados discursos se relacionam e articulam com os dois âmbitos anteriores. Para responder tais questões há que se perguntar como são possíveis os enunciados e seus objetos correspondentes. Tal tarefa só é solucionada em uma semântica, uma teoria *a priori* histórica de referências e significados e de produção da verdade desses enunciados. Defendemos aqui que tal teoria é uma semântica transcendental. Uma espécie de Filosofia transcendental que passa a perguntar pela possibilidade dos enunciados em geral.

¹ Já se pode dizer hoje que temos uma escola da semântica kantiana iniciada por Loparic que conta com inúmeras pesquisas que defendem essa linha de interpretação da Filosofia de Kant.

Há uma mudança sutil quando Foucault formula questões kantianas e faz Filosofia no mesmo modelo que Kant², principalmente no que concerne aos limites do discurso objetivo ou válido. Foucault fornece um critério de demarcação ou determina como se justificam as pretensões da objetividade. Faz isso, entretanto, com ciências ou corpos de saber que ele próprio desconfia ou é cético³, como é o caso das ciências humanas ou da psiquiatria.

Kant, ao contrário, examina ciências que servirão de referência para a produção do discurso e da verdade. Ciências que ele confia. Ambos examinam em determinados domínios ou campos como se produz a verdade. Foucault, ao examinar os campos de saber (que não tem legitimidade das ciências naturais), determina limites de objetividade. Não tenta definir, como faz Kant, o que justifica a comprovabilidade de corpos de saber, mas usando a crítica kantiana⁴ determina a contingência histórica de seus objetos o que resulta, muitas vezes, em desrealizar o objeto. Enquanto Kant infere dos exames dos discursos de algumas ciências o *método*, Foucault infere dos discursos de algumas ciências o *objeto*. Ambos manejam domínios de interpretação⁵ com objetivos análogos.

À luz da Semântica transcendental de Kant veremos os domínios (teórico, prático) ou subdomínios (estéticos, históricos, antropológicos, etc.) sendo caracterizados e com isso seus conceitos e juízos sendo forjados a partir de condições de possibilidades presentes no próprio domínio ou sistema de referência. Analogamente, Foucault inaugura com o conceito de *epistémê* - o análogo do domínio kantiano. Solo epistemológico cuja caracterização indica como seus conceitos e discursos são forjados a partir de condições de possibilidades presentes no próprio domínio. Em uma palavra, ambas são teorias da referência e do significado demarcadas por um solo, em que para ter efetividade um enunciado deverá ter referência material (Foucault) e para ter

² A Filosofia Transcendental.

³ O ceticismo de Foucault é mais bem compreendido se observarmos que ele sabe que os objetos são criados, forjados, num dado domínio, de acordo com condições de possibilidade específicas e que servem de materialidade para os enunciados que ordenados em um dispositivo exercem poder de mando nos indivíduos. O ceticismo é fruto da constatação de o dito e o não dito se efetivarem numa semântica construtiva.

⁴ Atitude kantiana e foucaultiana.

⁵ O conceito domínio de interpretação é forjado por Z. Loparic para identificar o campo ou domínio em que os juízos sejam sensificados. Ver A Semântica transcendental histórica (2000) e artigos do filósofo sobre Kant.

validade ou vigência um juízo precisa ter referência sensível (Kant). Assim é com os juízos em Kant e com os enunciados em Foucault.

O conceito de enunciado é central em Foucault. Em um primeiro momento, poderíamos denominar enunciado qualquer frase ou proposição. É, contudo, mais do que isso que Foucault nos apresenta. O filósofo define enunciado como uma função de existência, que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, e as faz aparecer com conteúdo concreto, no espaço e no tempo. Não podemos reduzir o enunciado a uma frase apenas, já que a ligação entre enunciado e aquilo que ele enuncia (o referencial) é variável segundo as realidades materiais no espaço e no tempo. Ademais, só existe enunciado quando o mesmo possui possibilidade de repetibilidade, diferente de uma frase proferida (uma enunciação), que não poderá ser repetida. A repetição aqui depende da referência sensível. Desta forma, o enunciado **depende de uma materialidade**⁶, que é sempre de ordem institucional, no sentido de uma estrutura de poder (MACHADO, 1982, p. 151-152). O material filosófico de Foucault são os enunciados.

O solo epistemológico moderno [entendido aqui como um análogo do domínio de interpretação] possibilita que se forje o conceito de homem, conceito esse que para ser bem compreendido precisa ser posto em seus subdomínios originais - um empírico e um filosófico. No domínio empírico o homem tem como objetos de referência a linguagem, o trabalho e a vida. O que possibilita que se criem discursos com tais predicados. Por outro lado, em um subdomínio (que Foucault chamará de filosófico) o homem terá como objeto de referência o saber, nesse subdomínio o discurso sobre o homem o apresentará como representação. Há nesses domínios o que Foucault denomina de *a priori* histórico, que são condições de possibilidade tanto do aparecimento desse homem como dos discursos que serão proferidos sobre ele.

Enquanto Kant infere da investigação das ciências da natureza uma semântica construtivista, Foucault usa uma semântica de *tipo* construtivista para indicar a origem das ciências humanas e seu objeto. Aparece aí o método arqueológico. Uma análise arqueológica nos enunciados que considere o(s) *a priori* histórico(s) de um dado solo

⁶ Poderíamos dizer: precisa ser sensificado em um âmbito mais restrito que os juízos kantianos.

epistemológico. A Filosofia de Foucault se estende do campo da epistemologia, em que a ciência era o objeto de investigação, para a arqueologia em que os enunciados o são. Na arqueologia trata-se de investigar quaisquer discursos, de quaisquer saberes, o saber será investigado dentro de seu solo ou de seu domínio, a arqueologia procura no interior do domínio estabelecer como nasceram os enunciados e a que objetos se referem, bem como os discursos produzidos sobre eles, estabelecendo assim as condições de possibilidade desses. Semântica construtivista, pois os objetos investigados pela Filosofia de Foucault foram criados no interior de uma semântica histórica.

Um exemplo, entre centenas na obra de Foucault, pode ser destacado para ilustrar o que estamos dizendo, em *O Nascimento da clínica*, Foucault afirma:

“Para os nossos olhos, já gastos, o corpo humano constitui, por direito de natureza, o espaço de origem e repartição da doença: espaço cujas linhas, volumes, superfícies e caminhos são fixados, segundo uma geografia agora familiar, pelo atlas anatômico. Essa ordem do corpo sólido e visível é, entretanto, apenas uma das maneiras de a medicina espacializar a doença. Nem a primeira, sem dúvida, nem a mais fundamental. Houve e haverá outras distribuições do mal (...) A coincidência exata do “corpo” da doença com o corpo do doente é um dado histórico e transitório [o que coincide com a medicina do século XIX e os privilégios concedidos a anatomia patológica. (...) a doença, referenciável no quadro, aparece através do corpo (2004b, p. 2 e SS). [NC].”

Foucault investiga nessa obra, dentre outras coisas, as condições de possibilidade para o nascimento da clínica e, conseqüentemente as condições de possibilidade do nascimento da *doença* que será necessária para essa clínica. Não toma a doença como coisa em si, mas, a toma como fenômeno, Foucault vai indicar claramente ao longo da obra como se criou o objeto *doença* em um dado domínio discursivo e qual foi configuração necessária para essa construção, sempre avaliando a rede discursiva num dado *a priori* histórico, que possibilita a criação desse objeto. Objeto *clínica*, objeto *doença* criados dentro de um dado domínio discursivo, produzido diretamente como efeito de uma rede de enunciados. Foucault explicita as condições de possibilidade do nascimento da *clínica* e da *doença* indicando claramente quais os *a priori* históricos, em que campo de referência isso ocorre e principalmente, regido com quais regras.

O queremos defender aqui é que ao longo da obra de Foucault podemos identificar diversos domínios e subdomínios semânticos. O método de análise

arqueológica dos discursos se dá na medicina em geral, na psiquiatria, nas ciências humanas, no direito, etc. Há um objetivo comum, no entanto, na investigação arqueológica de todos esses domínios: demarcar o âmbito de abrangência de uma positividade e as condições de possibilidades do surgimento dos objetos. Foucault faz a demarcação a partir da constatação de que um campo discursivo não se caracteriza pelos *objetos* que estuda, mas pelas *modalidades de enunciação*, pelos *conceitos* ou pelas *temáticas* privilegiadas, isto é, pela *maneira* por meio da qual se formam seus objetos. Poderíamos dizer, portanto, pela maneira como os conceitos encontram num dado domínio suas referências e sentido se criam objetos. Objetos esses que a partir desse momento permitem que questões num dado campo de saber possam ser formuladas sem serem vazias. Em termos foucaultianos, tornem-se enunciados.

Como afirma Roberto Machado,

“A formação dos objetos de um campo discursivo estaria assegurada: a) pela demarcação das *superfícies primeiras de emergência*, na qual se encontra a possibilidade de limitar o domínio do campo discursivo, de definir aquilo de que se fala, de dar-lhe estatuto de objeto; b) pela descrição das *instâncias de delimitação*, ou seja, os campos institucionais e as várias disciplinas, para os quais o tema é objeto de estudo; c) pela análise das *grades de especificação*, conjuntos de relações passíveis de se estabelecerem entre instituições, processos econômicos e sociais: formas de comportamento, sistemas e normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; d) pela *análise das relações entre esses vários planos* referidos (MACHADO, 1992, p. 84).”

Ainda a título de exemplo, Kraemer (2011, p. 175 e ss) chama a atenção para um fato no mínimo digno de nota: o texto *Doença mental e personalidade*, após o trabalho com a *Antropologia* de Kant, é reeditado com modificações e se torna *Doença mental e psicologia*. Indicativos claros, segundo o autor, de uma virada crítica em Foucault. No primeiro momento, Foucault avalia a doença mental como parte *do homem*, no segundo momento, como parte *da Psicologia*. Ocorre de maneira visível um deslocamento, é uma revolução operando. Pré-criticamente Foucault busca compreender a doença que acontece *nas pessoas*, criticamente e, no interior de uma semântica, investiga a doença no campo discursivo de um saber científico. Esse é o ponto. A questão passa a ser: como se constituíram os discursos psicológicos e como as representações sobre as

doenças são criadas. Kraemer indica a virada crítica, e nós indicamos aqui que além de crítica essa virada é semântica, afinal, é o discurso da Psicologia, como saber constituído, que será objeto da arqueologia.

Outro exemplo que pode ser usado para a demonstração dessas afirmações é o surgimento do objeto *loucura*, tal como é exposto por Foucault em *História da loucura*. A pergunta científico-conceitual (ou as perguntas) só pode ser formulada, para não ser vazia, a partir do momento que essa se refere ao objeto. O objeto foi forjado num dado domínio em uma ampla gama de discursos proferidos em determinados espaços em que existem condições de possibilidade claras para sua formação, como, por exemplo, os processos de exclusão institucional. O conceito de loucura, como doença mental, torna-se objeto e passa a gerar questões.

Foucault demonstra em sua tese que em cada *epistémê* modifica-se o objeto e o que chamamos de *loucura* é apenas uma generalização, pois tal como a concebemos e, conseqüentemente lidamos com ela, é o objeto *loucura* construído na *epistémê* moderna (em um dado domínio, portanto) a que nos referimos. A *loucura* não é um objeto real, ela é fenômeno⁷. Na *História da loucura* Foucault mostrará como a *loucura* se tornou objeto para o conhecimento e os saberes que tratarão dela se constituíram. A ciência surge para dar conta de um dado objeto. A ciência não descobre o objeto. É o *a priori* histórico que possibilita o aparecimento do fenômeno (construção do fenômeno). A loucura não é coisa em si, e Foucault investigará os discursos sobre esse fenômeno.

Foucault compreende o construtivismo kantiano, a construção dos objetos em Kant, e o transpõe analogamente para a história⁸. Segundo (KRAEMER, 2011, p.199): o procedimento arqueológico e genealógico faz vir à luz os elementos constituintes dessas condições e o modo de interação dos diferentes elementos que possibilitam o “aparecimento” dos objetos e do conhecimento (historicamente possível) sobre os objetos. Kraemer defende um deslocamento do transcendental para o histórico, aqui defendemos que Foucault trata de uma esfera peculiar: o transcendental-histórico.

Em *A Arqueologia do saber*, Foucault defende que os objetos devem ser definidos sob diversos aspectos. Primeiramente, são históricos, não se podendo dizer

⁷ Não é ontológica.

⁸ Para o tipo de investigação histórica que o interessa, afinal, Kant também pensa a história.

deles qualquer coisa em qualquer época, eles estão condicionados a uma rede discursiva. Estes objetos não preexistem a eles mesmos, só surgindo sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.

Estas relações se dão entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização que permitem que o objeto apareça, já que estas relações, como dito nas palavras acima, não são internas ao discurso, são históricas, mas nem por isso menos discursivas. Há condições de possibilidade históricas aí. Elas estão no limiar do discurso, determinando o feixe de relações que o discurso deve efetuar para objetos possam se formar. Estas relações, em movimento, caracterizam o próprio discurso enquanto prática. Em termos de análise, todo e qualquer objeto (ex: da loucura, da medicina, da gramática, da economia, etc.) deve ser relacionado ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico e suas regras de construção (FOUCAULT, 2004, p. 51-55).

A própria noção de arqueologia aproxima Foucault da semântica de Kant quando a tomamos não como um movimento que pretende se ocupar dos conhecimentos descritos segundo seu progresso em direção a uma objetividade, mas da *epistémê*. **A arqueologia nada mais é que a análise das condições históricas de possibilidade de um dado saber (sua rede discursiva)**, e isso só é possível dentro de um dado solo epistemológico, fora dele não seria possível. Aproxima também quando se considera que a arqueologia tem uma tarefa negativa, uma vez que quer se desfazer de categorias que impossibilita a análise da rede discursiva.

A arqueologia se preocupará com os enunciados e com isso se preocupa, portanto, com a possibilidade ou condições de existência de enunciados: como aconteceu que tais enunciados existissem e outros não. Já que as condições investigadas aqui são históricas, não se irá atrás de uma instância fundadora metafísica (em Kant também não se vai), mas de outros enunciados mostrando suas correlações. O enunciado só é como condição de existência. Só satisfazendo tais condições será objeto da arqueologia, exatamente por isso frases (que são vazias dessas condições) não serão

objeto da arqueologia. Um enunciado é um enunciado uma vez que se refere a sujeitos e a objetos, mas os sujeitos e objetos são construídos por esses mesmos enunciados.

A descrição enunciativa se preocupa com a busca em determinar as condições de possibilidade da existência. Foucault afirma que a arqueologia é um método de análise histórica que está liberado do tema antropológico e também de um sujeito transcendental⁹. Também se distancia do estruturalismo¹⁰, apesar de colocar o problema da estrutura.

Para a proteção da identificação com o estruturalismo, o filósofo afirma:

“Em uma palavra, esta obra, como as que a precederam não se inscreve – pelo menos diretamente ou em primeira instância – no debate sobre a estrutura (confrontada com a gênese, a história e o devir); mas sim no campo em que se manifestam, se cruzam, se emaranham e se especificam as questões sobre o ser humano, da consciência, da origem e do sujeito. Mas, sem dúvida, não estaríamos errados em dizer que aqui também se coloca o problema da estrutura (FOUCAULT, 2004, p. 18). [AS].”

As condições de possibilidade buscadas (que em Foucault não são nem formais nem empíricas¹¹) estabelecem como um objeto se constitui para ser objeto de um enunciado, que pode se tornar parte de um dado saber. Tais condições estabelecem jogos de verdade, as regras segundo as quais o que se pode dizer inscreva-se no campo do verdadeiro e do falso. A própria noção de saber, primeiro objeto arqueológico, pode ser definida como: aquilo do que se pode falar numa prática discursiva (o domínio dos objetos), o espaço em que se fala dos objetos; o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem.

Faz-se necessário nesse momento explicitar alguns dos principais conceitos utilizados por Foucault que facilitarão a caracterização, iniciada antes, de identificar sua Filosofia como uma semântica transcendental-histórica.

2. *Epistémê*, formação discursiva, arquivo.

⁹ Distante do sujeito transcendental não significa estar longe de uma Filosofia transcendental – aquela que pergunta mais pelas condições dos objetos que dos sujeitos.

¹⁰ Ver DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

¹¹ Nem formais, nem empíricas, mas de outra natureza.

“Suponho, agora, que o risco tenha sido aceito: que se tenha admitido de bom grado, para articular a grande superfície dos discursos, essas figuras um pouco estranhas, um pouco longínquas, que chamei formações discursivas...”

Michel Foucault, A Arqueologia do saber.

As obras *As Palavras e as coisas* e *A Arqueologia do saber* são basilares na exposição e explicitação dos conceitos ou noções de *epistémê*, formação discursiva e arquivo¹². Foucault inicia seu trabalho com uma concepção reduzida de *epistémê*, tal conceito será alargado e ganha conteúdo na medida em que passa a ser atrelado a outros conceitos como formação discursiva, enunciado e arquivo. Com essa vinculação cria-se uma rede conceitual que precisa ser explicitada para que a própria Filosofia de Foucault seja compreendida como uma semântica¹³.

Uma semântica que busca:

“Que a unidade de um conjunto de enunciados, diferentes por sua forma e temporalmente dispersos, funda-se no fato de que todos eles se referem a um único e mesmo objeto. Consequentemente, o que nos permite individualizá-lo é o *referente, o correlato*. À luz de *História da Loucura*, Foucault conclui que, **em lugar de tentar identificar um objeto único e permanente (o que no caso da Loucura é impossível), deveríamos estabelecer as regras que determinam o espaço onde os objetos se perfilam e se transformam** (CASTRO, 2004, 177).”

A *epistémê* é um solo, um campo, é uma espécie de dispositivo discursivo que permite separar o inqualificável cientificamente do qualificável (FOUCAULT, 2001, p.301)¹⁴. Ela é apresentada em *As Palavras e as coisas* como tendo uma determinação histórica e geográfica, ou seja, numa dada época ou cultura apenas uma *epistémê* define

¹² Deixamos de fora aqui o conceito de enunciado por termos definido este conceito anteriormente.

¹³ O uso do conceito semântica é um uso alargado: a semântica é tomada aqui como teoria da referência e do significado em um dado campo discursivo sujeito à determinada regra ou regras.

¹⁴ *Dits e ecris II* (1976-1988).

as condições de possibilidade dos saberes. O foco da Filosofia de Foucault não é investigar as objetividades “dentro” de uma *epistémê* e sim as condições de possibilidade dos discursos pretensamente objetivos. Haverá uma análise arqueológica das formações discursivas.

Foucault entende por formação discursiva, um conjunto de regras anônimas:

(...) ela determina uma regularidade própria de processos temporais: coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. (FOUCAULT, 2004, p.83). [AS].

E vale acrescentar que as formações discursivas acontecem em domínios específicos, âmbitos onde circulam os discursos, os objetos e os sujeitos falantes. São domínios associados em que a unidade do discurso é fundada na permanência e persistência de determinados conceitos. Não sendo sempre o mesmo campo em que os discursos são pronunciados cabe à arqueologia descrever tal domínio em que os enunciados aparecem e onde terão seus referentes. Cada domínio ou campo associado tem um sistema de axiomas e regras (FOUCAULT, 2004, p.75-84). Estes podem aparecer em campos semânticos diferenciados e por analogia colaborar na compreensão de uma dada formação discursiva.

Outro conceito fundamental para indicar a Filosofia de Foucault como semântica é o conceito de arquivo.

Segundo Foucault,

“O arquivo é, antes de tudo, **a lei do que pode ser dito**, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos... O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define desde o início o *sistema de sua enunciabilidade* (FOUCAULT, 2004, p.147). [AS]¹⁵.”

¹⁵ Em *Arqueologia do saber* está a base da semântica, nas demais obras o campo da exequibilidade.

Como sistema de enunciabilidade¹⁶, considerando a própria definição de enunciado que exige uma materialidade, um referente material, podemos afirmar que se trata de regras de aplicação de conceitos a objetos. Há condições históricas de possibilidade para que um enunciado seja e o arquivo é o sistema dessas condições. Essas condições são condições de significação que leva em consideração condições de existência que determinam a materialidade própria do enunciado.

Castro afirma,

“As regras do arquivo definem: os limites e as formas da decidibilidade (do que é possível falar, o que foi constituído como domínio discursivo, que tipo de discursividade possui esse domínio) (...) os limites e as formas da memória tal como aparece em cada formação discursiva (que enunciados reconhece como válidos, discutíveis ou inválidos; que enunciados reconhece como próprios e como estranhos). (CASTRO, 2004, p.43)¹⁷”. Grifo nosso.

Há uma positividade nos discursos. Tal positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um campo em que aparecem os conceitos, temas, identidades. A positividade desempenha o papel do que se poderia chamar de um *a priori* histórico. Este não é condição de validade para juízos, como em Kant, mas condição de realidade para enunciados.

Como afirma Foucault,

“Quero designar um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori* não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é das coisas efetivamente ditas (FOUCAULT, 2004, p. 144). [AS]”. Grifo nosso

¹⁶ É importante ressaltar que Foucault não usa o termo juízo. Nas aproximações com Kant isso deve ser considerado. O que Kant considerará como um juízo com referência objetiva, Foucault nomeará como enunciado.

¹⁷ Ver *A Arqueologia do saber* (2004), p.147.

Foucault menciona que o uso do termo *a priori* é um pouco impróprio, no entanto é adequado se o concebermos como algo transcendental que não escapa a historicidade, mas é oposto de empírico. Não está em um universo inalterável e atemporal. Nada mais é que um conjunto de regras de uma dada prática discursiva. Regras internas e anteriores. No entanto, o *a priori* é histórico e não formal, nem por isso menos transcendental.

O domínio dos enunciados é articulado segundo *a priori* históricos e em tal domínio que se instauram enunciados como acontecimentos, enunciados-acontecimentos, nesse domínio estão as condições e seu domínio específico de aparecimento. Também aparecem nesses domínios as coisas. São todos esses sistemas de enunciados – acontecimentos e coisas – que são o arquivo (FOUCAULT, 2004, p. 146). O objeto da arqueologia-genealogia (enunciado-acontecimento) está indicado.

Importante ressaltar que é o *a priori* histórico que articula os enunciados. Esse fato por si só indica o caráter semântico da Filosofia de Foucault. O ele denomina História crítica do pensamento:

(...) A História crítica do pensamento não é uma história das aquisições nem das ocultações da verdade; **é a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das veridicações, entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos...** (FOUCAULT, 2010, p.235)¹⁸. Grifo nosso.

Considerando o tratamento dado ao conceito de arquivo, pode-se afirmar agora com mais precisão o que é a arqueologia. A arqueologia é, em sentido estrito, a ciência do arquivo, ela descreve discursos como práticas específicas no elemento arquivo (FOUCAULT, 2004, p. 149). Interessante observar que a arqueologia inicialmente focada na investigação do conhecimento, modalidade de interrogação dos saberes, passa por uma ampliação se estendendo e, portanto podendo ser arqueologia da sexualidade, da política, etc. O que está em jogo na semântica foucaultiana é que nesse espaço delineado em que se efetivam práticas discursivas se pode identificar o verdadeiro, a gênese dessa verdade e os discursos que evidenciam o que é e o que não é. Por meio desse movimento de identificação discursiva, Foucault desenvolve uma filosofia

¹⁸ *Ditos e escritos V* (edição brasileira).

semântica que permite a leitura de um determinado solo epistemológico, do mundo em que vivem determinadas pessoas, explicita uma dada geografia, caracteriza um paradigma cultural-social-histórico.

3. O conceito *transcendental-histórico*

“De todos os filósofos, Kant foi o que descobriu o prodigioso domínio do transcendental”.

Deleuze, *Proust e os signos*.

A afirmação de que a Filosofia de Foucault é uma semântica transcendental-histórica exige um tratamento do conceito de transcendental. Quando trata diretamente do transcendental em sua obra, Foucault o faz em relação ao transcendental kantiano¹⁹: uma instância em que haveria uma doação originária que se fundaria em um sujeito transcendental. Segundo suas palavras, ele nega todos os temas ligados a:

(...) uma atividade constituinte que asseguraria, por uma série de operações fundamentais, anteriores a quaisquer gestos explícitos, a quaisquer manipulações concretas, a quaisquer conteúdos dados, a unidade entre uma ciência definida por um sistema de requisitos formais e um mundo definido como horizonte de todas as experiências possíveis. O de um sujeito que assegura, em sua unidade reflexiva, a síntese entre a diversidade sucessiva do dado e a idealidade que se perfila, em sua identidade, através do tempo. Enfim e, sobretudo o grande histórico-transcendental que atravessou o século XIX e se extenua com dificuldade ainda hoje na repetição inesgotável das questões: qual deve ser a história (...). Em oposição a todos esses temas, pode-se dizer que o saber, como campo de historicidade no qual as ciências aparecem, está livre de qualquer atividade constituinte, liberado de qualquer referência a uma origem ou a uma teleologia histórico-transcendental, destacado de qualquer subjetividade fundadora. De todas as formas de sínteses prévias pelas quais se queriam unificar os acontecimentos descontínuos do discurso, é provável que estas tenham sido, durante mais de um século, as mais insistentes e duvidosas; são elas sem dúvida que animavam o tema de uma história contínua, perpetuamente ligada a si mesma e infinitamente aberta às tarefas de retomada e de totalização. Era necessário que a história fosse contínua para o que a soberania do sujeito fosse salvaguardada; mas era preciso reciprocamente que uma subjetividade constituinte e uma teleologia transcendental

¹⁹ Ou ainda a maneira como Foucault compreendia esse conceito em Kant.

atravessassem a história para que esta pudesse ser pensada em sua unidade (FOUCAULT, 2002b, p. 117-118)²⁰.

No entrelaçamento entre o transcendental e o antropológico, Foucault nega uma subjetividade fundadora, uma história prévia e contínua ou uma teleologia transcendental. Quando trata do *a priori* histórico em *A Arqueologia do saber*, ao fazer a distinção deste com o *a priori* formal, Foucault afirma que se cometermos o erro de confundir o *a priori* formal com o histórico, ou conceber o histórico como um formal adjetivado com história, incorreríamos no erro de pensar numa instância fundadora imóvel e vazia. Uma espécie de transcendental sincopado que seria tirano. Foucault vai contra a interpretação de seu *a priori* histórico ser o formal adjetivado, naturalmente, não é dessa maneira que compreendemos esse conceito aqui.

Para sustentar nossa tese de que a própria Filosofia de Foucault é transcendental, uma Filosofia transcendental-histórica, precisamos eliminar do conceito de transcendental a noção de sujeito e ficar apenas com a instância de base que aparece a todo o momento na Filosofia de Foucault, o *a priori* histórico e com a definição mais objetiva possível do que é uma Filosofia transcendental. O problema do transcendental kantiano para Foucault é que ele está atrelado ao sujeito, por conseguinte: **o problema para Foucault é o sujeito e não o transcendental.**

Foucault insiste num dado momento do texto *Que são as luzes?* que a crítica que ele faz não é transcendental. A crítica é arqueológica e não transcendental. Em suas próprias palavras:

“Essa crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafísica: ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. Arqueológica – e não transcendental – no sentido de que ela não procurará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação moral possível (FOUCAULT, 2000, p.348)²¹”.

O primeiro ponto a chamar a atenção aqui é a estranheza que causa esse texto. Na tentativa de separar sua Filosofia da Filosofia kantiana, Foucault faz uma afirmação arbitrária e sem sentido a respeito de Kant. Isso pode demonstrar mais uma vez a falta de compreensão de Foucault da Filosofia kantiana. Parece-nos mais uma vez uma

²⁰ *Ditos e escritos II* (edição brasileira).

²¹ *Ditos e escritos II* (edição brasileira).

recusa de um Kant inexistente para que sua própria Filosofia não se pareça com a Filosofia de Kant.

O que Foucault nos diz nesse texto? Que sua crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafísica? Kant também não faz isso²². Não cria uma Filosofia transcendental para criar metafísica²³, muito pelo contrário. Além disso, Foucault afirma que não depreenderá as estruturas universais do conhecimento ou da moral, Kant faz uma dedução de conceitos metafísicos indicando de fato estruturas universais, mas o âmbito é formal. Foucault foi chamado muitas vezes de estruturalista (e não sem motivo), pois indica em sua arqueologia estruturas (discursivas e não discursivas) no interior de um dado solo epistemológico, pois o âmbito é histórico. Não há vinculação alguma entre *um* campo transcendental e a universalidade. Nem toda Filosofia transcendental precisa estar vinculada a um sujeito, nem precisa ser universal.

Foucault atrela o conceito de transcendental à função que ele supõe que esta tenha em Kant, o conceito estaria atrelado a objetivos kantianos que ele Foucault não tem. O próprio Foucault em outro momento ao tratar da arqueologia, afirma que essa é usada por Kant para designar aquilo que torna necessário certa forma de pensamento (FOUCAULT, 2006, p.323)²⁴ Difícil nesse caso desvincular a crítica arqueológica da transcendental. Se a arqueologia vai a busca das condições de possibilidade para a existência dos enunciados e, conseqüentemente a existência de determinados objetos, vai, por conseguinte, a busca de *a priori* históricos, ela é transcendental. É arqueologia transcendental-histórica. Em Foucault essa expressão é tautológica.

O que houve foi uma *subversão do transcendental kantiano*, enquanto se reforçava a tese da desantropologização que está diretamente vinculada a esse conceito. O conceito *transcendental* não se limita ao uso kantiano e Foucault faz uso dessa *instância*, se assim podemos chamá-la. Além disso, levantamos alguns elementos que permitam diferenciar a crítica que faz Foucault do acima citado princípio histórico-transcendental do que estamos chamando aqui de uma semântica transcendental-histórica.

²² A presença da leitura de Heidegger que em Kant e o problema da metafísica afirma que Kant quer fundar uma metafísica.

²³ Não se pode ignorar a crítica à metafísica feita por Kant.

²⁴ *Ditos e escritos III* (edição brasileira).

Na citação acima está indicado claramente que Foucault contraria algumas das ideias de Kant ou que foram forjadas na Filosofia contemporânea partindo de Kant. Foucault afirma que o saber, como campo de historicidade no qual as ciências aparecem, está livre de toda atividade constituinte, livre de qualquer referência a uma origem ou a uma teleologia histórico-transcendental, sem qualquer vinculação com qualquer subjetividade fundadora. Essa afirmação por si só faz com que os estudiosos de Foucault o afastem de uma Filosofia transcendental e do próprio Kant. Entretanto, essa e outras afirmações dessa natureza não enfraquecem nossa tese. A subversão que Foucault faz do transcendental kantiano não é incompatível com essa caracterização do saber.

O uso do transcendental na obra de Foucault não é comprometido com a uma subjetividade fundadora, aliás, essa é uma das funções de sua Filosofia transcendental: dessubjetivar²⁵. Na noção de solo epistemológico, por exemplo, está presente um espaço que se constitui sem o *a priori* transcendental formal, sem sujeito que dê unidade, ou teleologia transcendental. Não há coesão ou sequência vinda de nenhuma atividade constituinte, a história é descontínua, difusa, a *epistémê* se dá em rupturas.

Mas a *epistémê* e o saber se constituem sem *a priori* formal, mas com o *a priori* histórico; e a nossa afirmação é justamente se quando tratamos de um *a priori* nesses termos se já não estamos em um campo transcendental, mesmo que sem sujeito. A *a priori* é o prévio, (em Aristóteles, o que já foi ser), o que sempre já vigorou antecipadamente, o passado-presente, é o mais cedo, ao qual nos referimos retroativamente – perfeito ontológico ou transcendental. (BARRETO, 2005, p. 204).

Segundo Lalande:

(...) é transcendental, por oposição ao empírico, àquilo que é uma condição *a priori* e não um dado da experiência (...) Por consequência, **diz-se transcendental todo estudo que tem como objeto as formas, princípios ou ideias *a priori* na sua relação necessária com a experiência** (1999, p. 1151). Grifo nosso.

Considerando a definição acima, podemos afirmar: a Filosofia de Foucault é transcendental e está na linha de tradição da Filosofia transcendental que é inaugurada

²⁵ Não que possamos sustentar com Foucault que a de Kant era subjetivar.

por Kant, segundo a delimitação empreendida na *Crítica da razão pura: A Filosofia transcendental considera apenas o entendimento e a própria razão num sistema de todos os conceitos e princípios que se referem a objetos em geral, sem pressupor objetos que fossem dados (ontologia)* (KrV, A845/B873).

No sentido estritamente kantiano, o termo “transcendental” é reservado para designar tão somente o conhecimento dos conceitos *a priori* necessários para que se tenha o conhecimento de objetos quaisquer. Como diz Kant:

“Chamo de transcendental todo conhecimento que se ocupa em geral, não tanto de objetos, mas de nossos conceitos *a priori* de objetos de nosso modo de conhecimento de objetos na medida em que esse deve ser possível *a priori*. Um sistema de tais conceitos chamar-se-ia filosofia transcendental” (KrV, B25).

É interessante observar que aqui no momento cabal de definição do termo transcendental não há a presença do sujeito²⁶, é claro que sabemos como conhecedores de Kant que esse, o sujeito transcendental, é pedra de toque dessa Filosofia. E que suas condições subjetivas são o que em Kant chamamos de transcendental; entretanto, essa é uma especificidade da Filosofia de Kant. É possível tratar o transcendental como o campo em que se pergunta pelas das condições de possibilidade, simplesmente. E isso Foucault faz ao longo de toda a sua obra.

Por conseguinte, o giro linguístico empreendido na Filosofia contemporânea coloca parte da Filosofia (como é o caso de Foucault) sempre num ponto de vista transcendental. A tarefa desta é estabelecer as condições de possibilidade separando o que pôde ser dito e o que não pôde, o que é qualificável do que não é e, no caso de Foucault especificamente o que tem sido dito ou não numa dada época ou modo de vida. De qual maneira for: os nomes devem ter referentes - essa é a regra da semântica transcendental – as condições de possibilidade indicam a referência.

Os usos que Foucault faz do transcendental e a peculiaridade com que esse conceito é usado por Foucault são mais bem compreendidos quando acompanhamos a

²⁶ Até porque o próprio *eu* é construído no transcendental e com os *a priori* formal em Kant, mas como esses elementos seriam uma espécie de estrutura subjetiva, entramos em uma aporia que não poderemos aprofundar agora.

leitura que Deleuze faz de Foucault²⁷. Com Deleuze podemos ver na Filosofia de Foucault a defesa de um campo de imanência em que a condição e o condicionado se efetivem, o segundo é criado a partir e com o primeiro. Há uma radicalização das noções de condição de possibilidade aqui. O transcendental em Kant é o campo das condições de possibilidades dos fenômenos, a Filosofia transcendental, conseqüentemente é o sistema desses conceitos. Partindo da noção de imanência, Deleuze vê em Foucault uma espécie de dispositivo transcendental, pois considera o dispositivo como um conceito operatório multilinear. A visão de Deleuze parece se sustentar em Foucault:

“Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2006b, p. 144)²⁸”.

Esta configuração opera um deslocamento com relação à noção de transcendental de matriz kantiana, mais precisamente em relação ao sujeito, dado que não corresponde a nenhum campo predeterminado, nem a uma consciência, pelo contrário, o transcendental para Deleuze é uma multiplicidade sem Sujeito em permanente devir que se constitui como condição de possibilidade do fenômeno real. O chamado plano de imanência²⁹. Como afirma Deleuze, *quando se abre o mundo pululante das singularidades anônimas e nômades, impessoais, pré-individuais, pisamos enfim o solo transcendental* (DELEUZE, 2005 p. 125).

A noção de plano de imanência se aplica a Foucault em muitos sentidos, não é nosso propósito aqui explicitar a leitura de Deleuze faz de Foucault nem mesmo de Kant, mas impossível diante de uma argumentação sobre o transcendental em Foucault

²⁷ Deleuze é conhecido pelas interpretações peculiares de filósofos centrais na História da Filosofia, diz se muitas vezes que ele se vê nos filósofos e afirma o que ele mesmo pensa, ou seja, afirma sua própria Filosofia nas Filosofias tradicionais. Exercício criativo hermenêutico não é um problema em um trabalho como o nosso. Deleuze foi um estudioso tanto de Kant e um interlocutor de Foucault e parece ter influência dos dois em conceitos centrais de sua Filosofia. Usá-lo aqui colabora na compreensão dos usos que Foucault faz de Kant, mesmo que Foucault não admitisse isso.

²⁸ *A Vontade de saber – História da sexualidade*.

²⁹ Sobre a noção de plano de imanência ver: Deleuze, *O que é a filosofia?*

deixar de mencionar a maneira como o conceito de transcendental pôde ser sutilmente modificado: manteve a estrutura inicial, porém sem o sujeito transcendental. A Filosofia contemporânea não abandona a base kantiana.

Essa percepção de Deleuze nos abre possibilidades de ver o que é esse transcendental sem sujeito que aparece em Foucault. Uma espécie de **transcendental-histórico** ou historicizado criado/usado por Foucault que permitiu ao filósofo criar (ou doar sentido para) uma série de noções apresentadas nos seus textos, tais como *a priori* histórico, regime de verdade, condições de aceitabilidade, etc... Se observarmos por esse prisma (de Deleuze) tais noções são ou pertencentes a um campo transcendental. Na nossa perspectiva, mais especificamente tais noções são pertencentes a um campo transcendental-histórico. Uma vez que quando usa essas noções, Foucault está procurando definir as **condições de emergência** de determinado conhecimento, enunciado, ou conceito num dado solo epistemológico.

O termo transcendental-histórico se sustenta na medida em que não se trata de defender um princípio universal que seja base do quer que seja, mas a indicação de um campo definidor (pois dá o contorno, o desenho) para um tempo e um lugar, a forma histórica que terá um conhecimento, um discurso ou conceitos. Não é determinante e sim definidor. Não é determinante em si, mas passa a determinar a na medida em que o discurso e as práticas não discursivas, presentes em tal campo, tem essencialmente vinculação com um saber-poder, esse discurso-saber-poder, é como já dito anteriormente, campo produtor de realidades e verdades.

Há na Filosofia de Foucault o indicativo preciso de que só dentro de um dado campo ou domínio é possível descrever um saber, suas relações com o discurso e o poder, logo, a descrição da realidade e da verdade historicamente possíveis. O transcendental-histórico possibilita a descrição das formas e das condições singulares de formação de um determinado pensamento. É esse transcendental-histórico que permite a Foucault fazer uma história *crítica* do pensamento. Esta não é nem história das condições formais nem das condições empíricas, não é, portanto, uma descrição histórico-empírica. Foucault procura o *a priori* histórico de uma experiência possível.

Como afirma Foucault,

(...) **a história crítica do pensamento** não é uma história das aquisições nem da ocultação da verdade, é a história da emergência dos jogos de verdades (...) quais foram as condições dessa emergência (...) e a maneira pela qual, ligando um certo tipo de objeto a certas modalidades do sujeito, **ela constitui, por um tempo, uma área e determinados indivíduos, o a priori histórico de uma experiência possível** (FOUCAULT, 2010, p. 235)³⁰

O a priori histórico de uma experiência possível é expressão suficiente para sustentar a existência de um transcendental-histórico em Foucault. O próprio conceito de *epistémê* reforça essa tese quando entendemos que ela não é o que se pode saber em uma época e sim é o que torna possível a existência das figuras epistemológicas e das ciências (FOUCAULT, 2004, p. 218). Na descrição da *epistémê* temos a descrição de um transcendental, porém histórico. Adentrando na descrição de uma dada *epistémê* encontraremos a indicação de qual/quais condição/condições (no caso, históricas), que servirá/servirão de condição de possibilidade do conhecimento, dos saberes, dos poderes – da construção da realidade e da produção da verdade. Isso ocorre, por exemplo, em *As palavras e as coisas*, quando Foucault indica *a semelhança* como condição de possibilidade da *epistémê* na Renascença:

“Foi ela [a semelhança] que organizou o jogo dos símbolos, **permitiu o conhecimento** das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representar. O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva resolvendo nas suas hastes os segredos que eram úteis aos homens. A pintura imitava o espaço. E a representação – quer fosse um prazer ou uma lição – oferecia-se como uma repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, **tal era o título de toda linguagem, a sua maneira de se anunciar e de formular o seu direito de falar** (FOUCAULT, 2007, p. 34). [PC]”.

A semelhança, como condição de possibilidade histórica, ordena, organiza, encadeia.

Foucault afirma categoricamente que nega o histórico-transcendental. Podemos dizer: nega um princípio de exterioridade que determinasse enunciados a partir da fala de um sujeito fundador; não nega, entretanto, o transcendental-histórico que é o campo em que aparecem as condições de possibilidades históricas para que se escute o que se diz: enunciados existentes na dispersão. Trata-se aqui de considerar não um princípio histórico-transcendental, mas um **transcendental-histórico** que revele as condições de

³⁰ Foucault em *Ditos e escritos V* – edição brasileira.

existência para os enunciados e não de um princípio regulador e universalizante. Trata-se de uma semântica histórica, portanto.

O conceito transcendental-histórico³¹ é o que faz ver como se dão as condições mesmas da subjetivação e objetivação, da relação do sujeito com os objetos e com a verdade. Isso se dá num dado jogo de verdade numa época e lugar determinados. Esse é o conceito central que indica com clareza qual é a estrutura interna da Filosofia de Foucault.

Por esse caminho e nessa perspectiva de compreensão do transcendental, podem-se entrever as razões mais profundas dos questionamentos de Foucault à pretensa objetividade das ciências humanas, Foucault desconfia (assim como Kant desconfia) dos saberes constituídos como verdadeiros em sua época³² e que tomam os objetos que só aparecem em uma semântica, como se fossem reais e transformam semântica em ontologia. Essa é a grande questão de Kant: a denúncia de que a simples analítica não pode ser tomada como ontologia. Foucault parece ter o mesmo propósito. Em ambos está a luta para evidenciar como tais objetos foram constituídos. Ambos apontam para o fato que a razão só reconhece aquilo que ela mesma produz. Como dizia Kant, as condições da experiência e do objeto da experiência são idênticas. Há uma identidade entre o conhecimento e o mundo a conhecer.

4. Aproximações entre Filosofias: continuidade descontínua...

“... há duas espécies de kantianos: aqueles que permanecem para sempre no âmbito de suas categorias e aqueles que, após refletirem, **seguem o caminho com Kant**” *Karl Jaspers*.

As Filosofias de Foucault e Kant estão inseridas no programa crítico iniciado por Kant que tem como proposta básica o exame e uma espécie de depuração da razão em geral em se explicita suas fontes, extensão e limites. Um procedimento negativo, visto

³¹ De acordo com Didier Eribon, Foucault usou o termo transcendental-histórico no título de sua monografia de conclusão de curso, o título seria: *La constitution d'un Transcendental Historique dans la Phenomenologie de l'Esprit de Hegel*.

³² Ver *Resposta à pergunta: o que é a Aufklärung? Ouse saber!*

que se limita a examinar a razão não a alargando, mas restringindo-a, quando investiga as condições de possibilidade de todos os fenômenos. A crítica se opõe ao dogmatismo, interrogando a todo o momento como e com que se alcançou o direito de dizer algo (CRP, BXXXVI).

Foucault em *Qu'est-ce que la critique* afirma que a crítica é

“O movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre os efeitos de poder e o poder sobre os discursos de verdade, então a crítica é a arte da inservidão voluntária, a da indocilidade irrefletida. A crítica teria, essencialmente, por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (FOUCAULT, 1990, p. 36). [QC]”.

Há uma proximidade visível ao estudar a Filosofia de Foucault entre o procedimento crítico e a arqueologia, **uma vez que o arqueólogo quer descobrir as bases, as condições de possibilidade da existência, examinar como e com que se adquiriu o direito de dizer algo.** A arqueologia é uma *máquina crítica* (FOUCAULT, 2009, p. 156). Uma máquina que recoloca em questão certas relações e deve ter uma função libertadora, é uma atividade prática-teórica. O procedimento crítico tinha a função de liberar o pensamento da metafísica, do dogmatismo metafísico e a arqueologia tem a função de liberar o pensamento da antropologia, antropologismos ou dogmatismo antropológico.

A arqueologia é a crítica que vai liberar o pensamento ocidental da antropologia, do sujeito. A arqueologia é uma análise das condições históricas de possibilidade – do *a priori* histórico - que permitem que determinados enunciados tenham sido possíveis e não outros. O terreno da arqueologia é o terreno de Kant. O próprio Kant usa esse termo para referir-se a história *do que torna necessária* uma forma de pensamento. É o que Foucault realiza.

Importante ressaltar que a ideia de arqueologia filosófica aparece pela primeira vez na História da Filosofia com Kant³³. Em *Progressos da Metafísica*, Kant se interroga sobre a possibilidade de uma história filosófica da Filosofia. Segundo Kant, tal história não é possível de modo histórico ou empírico, deveria ser feita em um solo

³³ Os próximos parágrafos seguem a linha de argumentação apresentada por G. Agamben em *Arqueologia filosófica*, texto presente na obra *Signatura Rerum* de 2008.

racional, isto é, *a priori*. A arqueologia filosófica deve expor os fatos da razão e isso não se faz numa narração histórica. Ver Kant contra a história como narração é importante, deve haver outra forma de se fazer a arqueologia, diríamos que Foucault soluciona isso atrelando a arqueologia com a genealogia.

Mas, voltando a raciocínio, como diz Kant:

“Uma história filosófica da filosofia é em si mesma possível, não histórica ou empiricamente, mas racionalmente, isto é, *a priori*. Embora se estabeleçam fatos da razão, não os vai buscar à narrativa histórica, mas extrai-os da natureza da razão humana como a arqueologia filosófica (KANT, 1985, p.130)³⁴. [PM]”

A arqueologia em Kant será a responsável por estabelecer um solo em que as coisas se dão ou não se dão. O impasse que se coloca aqui (e que será extremamente frutífero) é que ela não é empírica, nem se constitui por meros conceitos, é, portanto, transcendental. Outro aspecto importante: ela não interroga pela origem, cronologicamente falando, mas sendo *a priori* deve buscar a *arché*. Nesse sentido ela se aproxima e não se opõe a uma genealogia. Ela deve, por conseguinte, constituir um princípio transcendental em sentido próprio (AGAMBEN, 2008, p. 114).

Há uma diferença marcante que distancia *arché* de origem, diferença essa estabelecida por Kant, como vimos, e retomada por Foucault como fundamento de sua própria arqueologia e posteriormente da genealogia. Ambas as Filosofias se opõem a busca da origem – *a besta negra da qual é necessário tomar distância*, como dizia Nietzsche. Não se trata, portanto de buscar a origem, mas certamente a procedência e emergência.

Como afirma Agamben:

“Onde se situam procedência e emergência se não estão nem podem estar jamais na posição de origem (...). Podemos chamar provisoriamente “arqueologia” a aquela prática que em toda indagação histórica, trata não com a origem, mas com a emergência do fenômeno e dever, por isso, enfrentar-se de novo com as fontes e com a tradição (AGAMBEN, 2008, p. 117/124).”

³⁴ Quais os progressos reais da metafísica na Alemanha após Wolf 1804 – Kant falando da arqueologia

O termo arqueologia, como afirma Agamben, aparecerá na Filosofia de Michel Foucault no prefácio de *As Palavras e as coisas*. Diferente de história (que é empírica) a arqueologia terá uma dimensão paradigmática e transcendental, nela se evidenciará uma série de *a priori* históricos no qual as condições de possibilidade dos saberes serão explicitadas. A arqueologia manifesta as condições de possibilidade (AGAMBEN, 2008, p.128-129).

Há em ambas as Filosofias críticas o já indicado elemento fundamental: ambas são semânticas transcendentais. O caráter semântico de Kant e Foucault é visível. O núcleo da Filosofia transcendental é justamente a semântico. E percebemos isso tanto em uma quanto em outra Filosofia. São semânticas e são semânticas construtivistas. Loparic, em *A Semântica transcendental de Kant*, indica que uma das objeções à sua interpretação de Kant diz respeito justamente à qualificação da semântica. Afirma-se que um dos problemas nessa leitura de Kant seria que uma semântica pressupõe a existência inteiramente independente de um domínio de interpretação:

Como afirma Loparic,

(...) e que em Kant isso não ocorre, pois o domínio de interpretação de conceitos, em particular, de conceitos *a priori* é constituído por meio desses mesmos conceitos. Logo, continua a mesma objeção: embora seja perfeitamente legítimo afirmar a existência de uma teoria kantiana *a priori* de constituição *a priori* do mundo fenomenal, não é admissível falar de uma semântica kantiana *a priori* de conceitos *a priori*, a serem interpretados nesse mesmo mundo fenomenal. Entretanto esta constatação baseia-se num pressuposto errado, de cunho realista: o da necessidade de supor um domínio de interpretação inteiramente independente do que é interpretado (LOPARIC, 2000, p. XXVI).

Em tal semântica não se pressupõe a existência de um objeto e sim se constrói esse objeto a partir de determinadas regras. Os conceitos são vazios em princípio, mas tornam-se cheios. A semântica kantiana é construtivista e a base disso está no conceito de interpretação: associação e geração. Os objetos só são possíveis dessa forma.

Ora, o que é a Filosofia de Foucault senão uma semântica construtivista histórica em que conceitos e enunciados são criados dentro de um dado campo associado e

objetos aparecem? Foucault afirma o tempo todo, ao longo de suas obras, exatamente o momento, condições de possibilidade e criação de dados conceitos numa dada *epistémê*.

Foucault pergunta como certos campos de conhecimento como a medicina, a gramática, as ciências humanas puderam tomar forma e existir como tais. Trata-se de compreender como se relacionam os enunciados com seus campos de saber e quais são as referências materiais no tempo e no espaço que dão sustentação ou não sustentação a um saber constituído. Trata-se de um conceito que não pode ser sensificado no campo da saúde, mas no campo correcional. Foucault, assim como Kant, tenta provar que determinados conceitos são vazios em determinados campos, questionando a realidade dos objetos e a validade dos juízos, Foucault faz o mesmo com os enunciados. Trata-se da investigação das condições de possibilidade desses conceitos, objetos e saberes. Uma tarefa eminentemente crítica e semântica³⁵.

A Filosofia de ambos é uma crítica da linguagem. Filosofias **que exigem garantia da referencialidade**. Em Kant com o *a priori* formal e em Foucault um *a priori* histórico. Em Kant sensificação de juízos e em Foucault referencialidade ou materialidade de enunciados. Em *A Ordem do discurso* temos afirmação cabal dessa caracterização semântica quando Foucault fala **sobre condição de aceitabilidade – uma proposição para ser considerada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se no verdadeiro** (1996, p.35). Distinguir o qualificável do inqualificável. Está presente aqui, nas palavras de Foucault, a noção de verdade transcendental.

No âmbito da Filosofia transcendental a pergunta kantiana *o que posso saber?* se converte em Foucault em: *como o saber moderno se constituiu?* Ambas as perguntas têm o mesmo estatuto e terão respostas com base em *a priori* (formal e histórico, respectivamente). A pergunta kantiana: *que posso fazer?* se converte em Foucault em: *que experiência de si e do mundo é possível fazer?* Ambos fazem uma crítica da racionalidade constituída em um tempo e um lugar indicando seus limites e possibilidades. Isso pode se afirmar inclusive em relação a Kant quando estendemos seu projeto crítico à antropologia, por exemplo.

³⁵ Muitos dos trabalhos de Loparic, e dos pesquisadores que trabalham usando sua interpretação de Kant, indicam o domínio adequado de compreensão de determinados conceitos.

Pensemos por um instante nas categorias da Filosofia de Kant: crítica, depuração da metafísica, transcendental, filosofia transcendental, domínio (de interpretação)³⁶, verdade transcendental, *a priori* puro – condições de possibilidade de..., conceitos e as referências sensíveis, juízos sintéticos *a priori* (juízos vazios e cheios), juízos com validades para o conhecimento, experiência possível, etc. E por outro lado, vamos colocar as categorias de Foucault: arqueologia, depuração da antropologia, *epistémê*-arquivo-dispositivo, campo associado, verdade, *a priori* histórico, condições de possibilidade de..., enunciados e a materialidade correspondente, os enunciados e as formações discursivas, o qualificável e o inqualificável, experiência histórica, etc.

Propomos uma comparação por analogia³⁷ entre essas categorias e com isso indicar a extensão do kantismo de Foucault. Esse criou o inverso/anverso de Kant invertendo suas categorias, usando outras de maneira análoga, em outros casos de maneira idêntica, mesmo que em um plano “material”. Uma continuidade descontínua aparece na História da Filosofia. Uma história crítica do pensamento é como Foucault denomina sua empreitada filosófica. De uma dada maneira é assim como é em Kant.

5. Filosofia e interpretação

Há alguns hábitos acadêmicos no meio filosófico brasileiro que geram um determinado modelo de pesquisa: pesquisas filosóficas têm sido feitas sobre filósofos, normalmente um conceito de um filósofo. Por vezes, se busca a gênese de uma ideia de um filósofo em outro filósofo, ou se tenta indicar influências de um filósofo no outro. Temos “feito” Filosofia dessa maneira. Essa prática filosófica tem gerado o especialista em filósofos e especialistas em Kant, normalmente não o são em Foucault e vice-versa.

Espero que o que apresentei aqui seja um exercício filosófico (hermenêutico) diferente, e espero possa ser produtivo para quem estuda Filosofia ou ainda para quem estuda a Filosofia desses. Parti do pressuposto que a Filosofia de Kant é uma semântica transcendental e procurei avaliar a afirmação de Foucault de que se está em uma

³⁶ Kant trabalha com a noção de campo, domínio; e Loparic complementa forjando a noção de domínio de interpretação como indicamos ao longo do trabalho.

³⁷ Em que a semelhança apareça não como uma cópia ao modelo kantiano, mas a presença de uma afinidade de funcionamento dos dois lados.

tradição da Filosofia é faz o kantismo. Como resultado defendi a Filosofia de Foucault como transcendental e como semântica, ou seja, como uma semântica transcendental-histórica, visto que essa é resultado de análise arqueológico-genealógica das possibilidades da positividade histórica (a partir das quais um saber e seus enunciados são possíveis) que examina as regras do arquivo que definem os limites e as formas da *decidibilidade* - do que é possível falar, o que foi constituído como domínio discursivo, que tipo de discursividade possui esse domínio, bem como cada formação discursiva e com isso quais enunciados reconhece como válidos, discutíveis ou inválidos. Semântica foucaultiana análoga a semântica kantiana.

Referências:

AGAMBEN, G. *Signatura rerum: sobre el método*, Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008.

BARRETO, Sonia. *Da Semântica transcendental a semântica existencial: Kant e Heidegger*, Campinas, UNICAMP, 2005 (Tese de doutorado).

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Qu'est-ce que L'Âge D'Homme ?* Critique, Revue générale des publications française et étrangères. Michel Foucault du monte entier. Août-Septembre 1986. Tome XLII – n.471-472. Paris, Minuit, 1986.

_____. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DELEUZE, G. *A Filosofia crítica de Kant*, Lisboa: Edições 70, 1982.

_____, *Foucault*, Lisboa: Edições 70, 1986.

_____, *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ERIBON, D. *Michel Foucault uma biografia*, São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A Arqueologia do saber*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A Ordem do discurso*, São Paulo: 1996.

_____. *Ditos e escritos I*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b.

_____. *Ditos e escritos II*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

- _____. *Ditos e escritos III*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Ditos e escritos IV*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- _____. *Ditos e escritos V*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *Dits e écrits I e II*, Paris: Gallimard, 2001.
- _____. *Gênese e estrutura da Antropologia de Kant*, São Paulo: Loyola, 2011. [Tese complementar].
- _____. *História da loucura*, Perspectiva: São Paulo, 2005.
- _____. *Hermenêutica do sujeito*, São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *O Nascimento da clínica*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.
- _____. *Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung*. In Bulletin de la Societé Française de Philosophie, 84^e. Année. N2, avril-juin, 1990, p.35-63.
- HEIDEGGER, *Kant y el problema de la metafísica*; traducción de Gred Ibscher Roth. - México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- KANT, I. *Antropologia do ponto de vista pragmático*, São Paulo: Iluminuras, 2009.
- _____. *Crítica da razão pura*, Lisboa: Calouste Gulbenikian, 1994.
- _____. *Os progressos da Metafísica*, Lisboa, Edições 70, 1985.
- KRAEMER, Celso. *Ética e liberdade em Foucault: uma leitura de Kant*, São Paulo: EDUC, 2011.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico de Filosofia*, São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MACHADO, Roberto. *Ciência: a trajetória de Michel Foucault*. Rio: Graal, 1992
- _____. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LOPARIC, Z. *A Semântica transcendental de Kant*, Campinas: UNICAMP, CLE, 2000.
- OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta linguístico-pragmática na Filosofia contemporânea*, Rio de Janeiro: Loyola, 1996.